ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR LUIZ CARLOS DE SOUZA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciados os vereadores ALFREDO MANGUEIRA, HÉLIO FERREIRA e JOSÉ TRINDADE. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 17/19 do Ministério da Saúde (Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição) encaminhando informações relativas a pleito da CMS; Ofícios n.s 238 e 240/19 da Secretaria da Saúde do Estado (SESAB) em resposta a pleitos da CMS; Projetos de Lei n.s 224/19 do vereador Demétrio Oliveira e 225/19 do vereador Luiz Carlos de Souza; Projetos de Indicação n.s 351/19 da

vereadora Marcelle Moraes, 352/19 do vereador Isnard Araújo e 353/19 da vereadora Aladilce Souza; Projetos de Resolução n.s 97/19 da vereadora Marcelle Moraes e 98/19 do vereador Kiki Bispo; Requerimentos n.s 149 e 150/19 da vereadora Marta Rodrigues; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 43/19 da vereadora Lorena Brandão e 44/19 do vereador Luiz Carlos de Souza; Moções n.s 73/19 da vereadora Marta Rodrigues e 74/19 da vereadora Marcelle Moraes; e Requerimentos de licenças de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, a vereadora Marta Rodrigues saudou manifestantes na Galeria que pleiteavam recursos não-liberados do Executivo para projetos voltados a crianças e adolescentes. Explicou a questão trazida pelas entidades representadas, apontando que a Prefeitura não cumpria o que fora pactuado em seu Gabinete. Questionou a legalidade em um repasse financeiro para a organização não-governamental (ONG) Parque Social, o qual fora processado com celeridade, diferente do que acontecia com entidades como as que estavam na CMS. Pediu a presença de gestores municipais na questão. O senhor presidente saudou o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Renildo Barbosa, presente à Galeria. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Hélio Ferreira (9 de julho) e Teo Senna (3 de julho). Em seguida, foi discutido, votado e aprovado o Requerimento n. 143/19. O vereador Luiz Carlos de Souza lembrou a votação do Estatuto da Igualdade Racial e o acordo com a Oposição relativo a retirada de Emenda para que o Estatuto tivesse referência a religiões variadas. Afirmou haver discriminação aos cristãos, talvez maior do que a sofrida por outros religiosos, observando que os praticantes de outras religiões registram hostilidades sofridas em instituições públicas, enquanto os cristãos apenas vão à igreja, o que faria não haver estatísticas a esse respeito. Mencionou uma marcha contra a discriminação e o encarceramento do jovem negro na qual os manifestantes picharam paredes de duas unidades da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) com palavras de baixo calão, além de ameaçarem sacerdotes e fieis dessa Igreja. Mencionou ações semelhantes ocorridas em outras

manifestações contrárias a discriminações. Pediu o fim desses atos e afirmou que os preconceitos religioso e racial existiam em todas as camadas sociais. O senhor presidente se associou ao orador. Em comunicação inadiável, o vereador Isnard Araújo informou que neste dia se completavam 42 anos da IURD. O senhor presidente parabenizou a ele e a outros membros da IURD, lembrando haver advogado para a entidade religiosa por 14 anos. Em comunicação inadiável, o vereador Joceval Rodrigues convidou os membros da Comissão de Finanças e Orçamento para reunião, no dia seguinte, sobre o Relatório do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com vistas à votação do Projeto na segunda ou terça-feira da semana seguinte, e se associou quanto às agressões religiosas. Prosseguindo com o Pinga-Fogo, o vereador Moisés Rocha declarou apoio aos manifestantes na Galeria, pedindo que os pares se posicionassem de modo suprapartidário sobre o pleito relativo a crianças e adolescentes. Criticou o Presidente da República por defender o trabalho infantil, apontando o desemprego entre adultos e afirmando que essa postura se dirigia a crianças pretas e pobres, pois as brancas e abonadas estudavam até uma idade avançada, somente depois disso começando a trabalhar. Lembrou o mandamento cristão "olhai as criancinhas", indagando os religiosos sobre como seria defensável o trabalho infantil. Criticou a discriminação religiosa relatada, ressalvando que a "guerra santa" fora iniciada por muitos que, de algozes, se faziam de vítimas, e lembrando as fortes restrições e agressões que as religiões de matriz africanas sempre sofreram. Defendeu o debate harmônico, qualificado e com respeito a todas as religiões, sem que se esquecesse a história. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos de Souza disse não esperar a reação do vereador Moisés Rocha, na qual entendeu ter havido justificativa aos ataques que havia denunciado. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior solicitou verificação de *quorum*. Havendo número suficiente de edis, a Sessão foi mantida. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza saudou as lideranças que defendiam o pleito relativo às crianças e adolescentes, e pediu posicionamento da Casa exigindo a liberação de recursos do

Executivo. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha disse que não mencionara o nome de edil algum e que, portanto, descabia direito de resposta à sua fala. Esclareceu ter se solidarizado com as agressões religiosas denunciadas e pontuado que esse tipo de hostilidade não tinha sido criado pelos religiosos de matriz africana. Deu o exemplo de uma religiosa da Umbanda que veio a óbito pelo choque em ter uma foto sua publicada como sendo a de uma charlatã. Em comunicação inadiável, o vereador Marcos Mendes pediu respeito aos presentes na Galeria, explicando que já havia sete meses sem os recursos que eles pleiteavam. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior informou que ele e o vereador Duda Sanches já haviam acertado uma reunião com a secretária Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude, Rogéria Santos, para tratar do pleito relativo às crianças e adolescentes, e rejeitou o que considerou proselitismo político sobre a questão. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO